

Documentação

Fonte: MMA

Data: 7/2/2002 Pg. 110

Class.: 09

Zoneamento ecológico vai para a Internet

Não será iniciado neste governo, mas terá alguns dados disponíveis na rede

ROBERTO KISHINAMI

Especial para o Estado

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE) do Brasil não será iniciado neste governo. Mas vai para a Internet. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) pretende inaugurar, no dia 16 de fevereiro, o portal ZEE Brasil que dará acesso a informações que constituiriam uma primeira aproximação do ZEE nacional. A Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), entidade não-governamental sediada no Rio, foi contratada pelo MMA para desenvolver o portal.

O termo ZEE entrou para o vocabulário oficial no governo Sarney, em 1989, através do programa Nossa Natureza, e peregrinou por escalões do governo sem conseguir sair do papel. Passou da Secretaria de Assuntos Estratégicos para a Secretaria de Projetos Especiais, foi disputado pelo ministérios da Ciência e Tecnologia e da Integração Nacional, até que o ministro José Sarney Filho conseguisse trazê-lo ao

MMA, ao final de 1999, embora sem os recursos correspondentes. Mas a saga do ZEE não se completa neste ciclo de pai para filho. No orçamento federal para 2002, o ZEE conta com R\$ 6 milhões, segundo Sérgio Braga, secretário de políticas para o desenvolvimento sustentável do MMA.

As dificuldades para a execução do ZEE vão muito além da crônica falta de recursos. Nos dois últimos anos o MMA identificou as informações de interesse para o zoneamento e já existentes no governo federal. Identificou 450 bases de dados espalhadas, literalmente, por todo o território nacional. E pior,

boa parte deles está em formato não eletrônico. Mesmo quando estão, não são compatíveis, ou seja, não "conversam" ou trocam informações.

Uma das expectativas do ministro Sarney Filho com o portal é que ele force a integração dentro do governo, eliminando a "torre de babel" que impede, até agora, que as informações existentes, por exemplo, nos ZEE estaduais sejam somadas, ou mesmo compara-

das, àquelas disponíveis nos ministérios da agricultura e do planejamento ou no Ibama. Ou ainda, que os mapas do Radam Brasil sejam disponíveis através do sistema cartográfico informatizado do IBGE.

Custos e Benefícios – O custo para uma primeira etapa do ZEE nacional é de R\$ 210 milhões e três anos de trabalho. É pouco. Basta comparar esse valor com as

perdas em obras federais iniciadas e depois embargadas pela Justiça, como a hidrovía Araguaia-Tocantins que, possivelmente, sequer teria sido

VERBA É SÓ
UM DOS
PROBLEMAS
DO ZEE BRASIL

lançado caso existisse um ZEE federal.

Para Braga, a expectativa da atual gestão do MMA é que o portal permita o acesso do cidadão ao que já existe e, principalmente, ao que vier a ser feito em termos de zoneamento. Motivos não faltam para que empresários, estudantes ou simples interessados usem as bases de dados do governo. Resta ver se este último consegue falar e ser compreendido.